

O Brasil no olho do furacão COVID-19: cartografando estratégias ciberativistas de enfrentamento às (necro)políticas experienciadas em tempos de pandemia

Marcelle Medeiros Teixeira¹
Reginaldo Rosa Soares²
Dilton Ribeiro Couto Junior³

Resumo: Este texto é um desdobramento de duas pesquisas de mestrado recentemente concluídas que foram desenvolvidas durante a pandemia de COVID-19, tendo como pano de fundo o cenário (necro)político brasileiro. A primeira pesquisa realizou um mergulho nas redes sociais Twitter e Facebook, cartografando episódios de barbárie marcados pelas *fake news* em tempos necropolíticos. A segunda investigou o (ciber)ativismo de um grupo de professores no Facebook em resposta às políticas de enfrentamento da pandemia do novo coronavírus. A cartografia *online* ancorada em aportes pós-estruturalistas subsidiou teórico-metodologicamente as duas pesquisas que acompanharam o fluxo informacional de internautas que fizeram das redes um verdadeiro *locus* de mobilização política em tempos de COVID-19. Acompanhar a atuação das/os internautas nas diferentes redes sociais em resposta às ações (necro)políticas experienciadas na pandemia significou perceber o desejo coletivo por continuar defendendo a democracia brasileira. Reconhecemos ainda o importante papel das redes sociais como (mais) um campo de batalha na cibercultura. Como educadoras, continuamos apostando na potência do ciberespaço para um diálogo plural e aberto, convidativo à mobilização de sujeitos interessados na ampliação de suas vozes e lutas.

Palavras-chave: Pandemia. Necropolítica. Ciberativismo. *Fake news*. Educação.
O cenário pandêmico brasileiro: “ninguém solta a mão de ninguém”

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação (ProPEd) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) (Bolsista CAPES). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas (PPGECC) da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense da UERJ. Integrante do Grupo de Pesquisa Juventude, Educação, Gênero e Sexualidade na Cibercultura (JEGESC). E-mail: marcellemteixeira@gmail.com.

² Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas (PPGECC) da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: rrsoares1@hotmail.com.

³ Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (ProPEd) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor Adjunto da Faculdade de Educação da UERJ, do ProPEd/UERJ e do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas (PPGECC) da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense da UERJ. Líder do Grupo de Pesquisa Juventude, Educação, Gênero e Sexualidade na Cibercultura (JEGESC). Bolsista do Programa de Incentivo à Produção Científica, Técnica e Artística – Prociência UERJ. E-mail: junnior_2003@yahoo.com.br.

As redes sociais digitais vêm se constituindo como importantes espaços de mobilização política (CASTELLS, 2013). Seu imenso potencial interativo e comunicacional tem ampliado o debate sociopolítico contemporâneo. As interações *online* envolvem artefatos tecnológicos, principalmente telefones *smartphones*, que são responsáveis por reconfigurações sociais significativas que vêm modificando a forma como produzimos e compartilhamos informações com outras pessoas no ciberespaço. Caminhando nessa linha de pensamento, Pretto e Assis (2008) reiteram que a apropriação da cultura digital vem reorganizando as relações humanas, trazendo repercussões significativas (em maior ou menor escala) para a vida cotidiana.

Nossa aposta em estudar os fenômenos comunicacionais na internet parte do pressuposto de que a “liberação da emissão e a circulação da palavra em redes abertas e mundiais criam uma interconexão planetária” (LEMOS, 2010, p. 25). A partir desta interconexão em escala global, muitas/os de nós acessamos os dispositivos digitais para enviar/consumir uma enorme quantidade de informações que refletem nossos gostos, hábitos, desejos, ideias e sentimentos. Com isso, com a emergência e a popularização desses dispositivos, passamos de meras/os consumidoras/es de informação a pessoas que partilham, interagem e colaboram com outras/os sujeitas/os graças à mediação do digital em rede (LEMOS; LEVY, 2010).

É nítida a força dos movimentos que surgem espontaneamente nas redes, inspirando práticas ciberativistas em tempos de cibercultura (COUTO JUNIOR; VELLOSO; SANTOS, 2020). Diferentes manifestações ciberativistas desdobram-se em uma série de ações que ganham o espaço das ruas, evidenciando o desejo coletivo por mudanças na esfera política (CASTELLS, 2013; PRETTO, 2014). No entanto, mesmo considerando o potencial da rede no agenciamento e na mobilização política, concordamos com as palavras de Recuero (2013, p. 62): “a conversação em rede é um espaço frutuoso para a emergência de discussões inflamadas, discursos agressivos e ofensivos e, mesmo, para a propagação da violência”. O ciberespaço reúne pessoas de

diferentes perspectivas ideológicas, desencadeando, conseqüentemente, grande tensão entre as/os usuárias/os.

Em tempos de cibercultura, essas discussões inflamadas são potencializadas porque “são os próprios atores, as pessoas, as empresas (incluindo as empresas de jornalismo), as instituições, os movimentos, os partidos, as associações, os agrupamentos, as comunidades virtuais de todos os tipos que decidem aquilo que elas vão publicar na *web*” (LEMOS; LÉVY, 2010, p. 89). Diante do fluxo de informações que circula na rede, nos interessa conhecer o modo como a internet vem mediando as relações humanas, potencializando práticas sociais envolvendo disputas e lutas que ganham visibilidade por meio de compartilhamentos, comentários e curtidas; visibilidade que, antes da popularização da internet, era restrita às notícias transmitidas pelas diferentes mídias de massa, como a televisão, o rádio e os jornais impressos.

Encontramos na internet grupos e fóruns de comunidades extremistas, neonazistas, que fazem apologia ao ódio contra judeus, negras/os, nordestinas/os, indígenas, mulheres, além de pessoas da comunidade LGBTQIA+. Esses grupos incitam a violência e manifestam o desprezo e a intolerância contra as pessoas que integram as chamadas minorias sociais, colocando em funcionamento práticas e ações que “visam promover o medo, a insegurança e a opressão, através de ataques de ódio, com motivação heterocisnormativa branca, racista, elitista, que é letal para as vidas dissidentes” (CARVALHO, 2021, p. 18). Essas práticas intensificaram-se com a eleição do presidente Jair Bolsonaro, que governou o Brasil entre 2019 e 2022 e foi responsável pela tomada de decisões que culminaram no enfraquecimento das políticas sociais, com constantes ataques à educação, à ciência e à universidade a partir de ações necropolíticas.

De modo breve, podemos definir a necropolítica enquanto “um dispositivo de governo para *fazer morrer e não deixar viver*” (KOHAN, 2020, p. 3, grifos do autor). Com este dispositivo, percebemos que os sujeitos em situação de vulnerabilidade social dificilmente apresentam qualquer tipo de apoio para saírem dessa condição, lhes

restando como opção mais certa a morte. Há uma prática política que se alimenta do aniquilamento da diferença, com a implementação de uma agenda que contribui para o aumento das desigualdades no país, sejam elas de gênero, raça ou classe. A necropolítica coloca em funcionamento um regime governamental que tem a “capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer” (MBEMBE, 2018, p. 5), visando deixar morrer aquelas/es que são lidas/os como suas/seus inimigas/os, descartáveis e não passíveis de luto (BUTLER, 2015).

Destacamos a seguir alguns dados que refletem o aniquilamento da diferença em tempos de pandemia no Brasil, deixando evidente o quanto determinados grupos sociais foram mais atingidos. Considerando a questão de classe, é importante pontuar a desigualdade entre as/os que tiveram acesso aos diferentes serviços de saúde para tratamento/recuperação caso fossem infectadas/os e aquelas/es que tiveram que recorrer às (necro)políticas assistencialistas colocadas em funcionamento pelo governo de Bolsonaro. Outras questões também se mostraram urgentes, como a impossibilidade de praticar o isolamento em locais superpovoados, habitações ocupadas por diferentes famílias e a falta de acesso ao saneamento básico e à água potável (MAGALHÃES, 2020).

Além da questão de classe, o marcador de gênero foi o propulsor de uma pesquisa realizada em 193 países pelo Instituto de Métricas e Avaliação de Saúde (IHME) da Universidade de Washington (EUA), entre março de 2020 e setembro de 2021⁴. Esta pesquisa apontou que as mulheres são mais prejudicadas que os homens, considerando que 26% delas perderam os empregos, em comparação aos homens, que representam 20%. O cuidado com o outro, culturalmente associado como um atributo de natureza feminina, é refletido nos dados, que indicam que as mulheres possuem uma propensão duas vezes maior de abandonar seus empregos para cuidar de alguém (sendo,

⁴ Quantifying the effects of the COVID-19 pandemic on gender equality on health, social, and economic indicators: a comprehensive review of data from March, 2020, to September, 2021. Disponível em: <<https://is.gd/EFK19a>>. Acesso em: 14 jul. 2023.

na maior parte dos casos, uma função sem remuneração). Somando-se a isso, a probabilidade de mulheres abandonarem os estudos é 21% maior do que a dos homens e, quanto à violência de gênero, 54% das mulheres relataram que consideram ter tido um aumento durante a pandemia.

Além dos marcadores de gênero e classe, é fundamental considerar o marcador de raça em um país no qual 55,9% das pessoas se autodeclararam pretas e pardas, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)⁵ realizada em 2022. Apesar de essas pessoas serem maioria numericamente, historicamente o Brasil é um país marcado pela desigualdade racial, herança de um projeto colonizador que permeia até os dias atuais (AKOTIRENE, 2019). No primeiro ano da pandemia, enquanto 38% de brancas/os morreram de COVID-19, a proporção entre as/os negras/os foi de 55%, conforme aponta o Núcleo de Operações e Inteligência e Saúde⁶. O acesso à vacinação também mostrou-se discrepante, de acordo com uma reportagem da Agência Pública⁷: 3,2 milhões de pessoas brancas foram imunizadas com a primeira dose, em contraponto a 1,7 milhão de pessoas negras.

Esses números refletem as desigualdades de gênero, raça e classe no país durante o período da pandemia. Trabalhar de forma interseccional significa lançar mão de um compromisso ético e político que busca desconstruir concepções de sujeito e de mundo hegemônicas, colocando em tensionamento “uma visão de sujeito universal que é o homem branco, europeu, ocidental, heterossexual, cisgênero e pertencente às classes sociais privilegiadas” (AUAD; SEPULVEDA, 2022, p. 197). Olhar para o cenário brasileiro na pandemia é reconhecer que as desigualdades sociais fazem parte de um projeto de governo cujo *modus operandi* ocorre dentro de uma política de extermínio

⁵ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Disponível em: <<https://is.gd/BWoOtk>>. Acesso em: 14 jul. 2023.

⁶ Negras/os são as/os que mais morrem por COVID-19. Disponível em: <<https://is.gd/1tpN0M>>. Acesso em: 14 jul. 2023.

⁷ Discrepância na vacinação entre brancas/os e negras/os. Disponível em: <<https://is.gd/Zn83Hn>>. Acesso em: 14 jul. 2023.

direcionada às pessoas em situação de vulnerabilidade social (KOHAN, 2020). Diante de um contexto marcado/constituído por práticas necropolíticas, defendemos que é preciso reconhecer as violações cotidianas às quais estamos submetidas/os, buscando construir estratégias para enfrentar as diversas situações de vulnerabilidade (AMARO; COUTO JUNIOR; GANEM, 2021).

Como nos ensina Foucault (2004), sempre há a possibilidade de resistência quando apresentamos o mínimo de liberdade. Se, por um lado, a rede se transformou em um verdadeiro palco da necropolítica na pandemia, por outro lado percebemos forças de insurgência através da constituição de diferentes movimentos orquestrados pela internet, cujas/os integrantes aspiravam por mudanças sociais durante o governo do ex-presidente. O desejo por mudanças, aliado à interconexão com outras/os internautas, permitiu que pudéssemos fazer (literalmente) barulho, colocando em ação o descontentamento de muitas/os brasileiras/os diante do cenário político, como foi o caso do que ficou popularmente conhecido como “panelaço”. Durante a pandemia, os “panelaços” foram organizados por meio das redes sociais e podia ser ouvido em muitas regiões das cidades brasileiras mais populosas. A intenção era bater algum utensílio de cozinha na panela como forma de protesto toda vez que o ex-presidente fizesse um pronunciamento em rede nacional. Essa e outras estratégias orquestradas pelas redes sociais permitiu dar visibilidade à insatisfação de milhões de brasileiras/os, que se reuniram para buscar o fortalecimento de suas lutas sob a premissa de que *“ninguém solta a mão de ninguém”*⁸.

O panorama apresentado acima é o pano de fundo deste trabalho. Apresentamos para este texto um desdobramento de duas pesquisas de mestrado recentemente concluídas que foram desenvolvidas durante a pandemia de COVID-19 no Brasil. As duas pesquisas foram realizadas no âmbito do Grupo de Pesquisa Juventude, Educação,

⁸ Esta frase compôs uma imagem que viralizou nas redes sociais digitais em 2018, após a apuração dos votos, quando Jair Bolsonaro foi eleito presidente do Brasil. Devido à preocupação daquelas/es que faziam oposição à Bolsonaro, a frase surgiu como uma forma de resistência e valorização das nossas redes de apoio diante dos quatro anos seguintes.

Gênero e Sexualidade na Cibercultura (JEGESC), no Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas (PPGECC) da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)⁹. A primeira pesquisa, de autoria de Marcelle Teixeira, cartografou episódios de barbárie marcados pelas *fake news* em tempos de necropolítica. A segunda pesquisa, de autoria de Reginaldo Soares, investigou o (ciber)ativismo de professoras/es em resposta às políticas de enfrentamento da pandemia do novo coronavírus.

Além desta introdução, o texto encontra-se organizado em outras três partes. A seguir discutimos nossa aposta pela cartografia *online* ancorada em aportes pós-estruturalistas, metodologia que subsidiou teórico-metodologicamente ambas as pesquisas. Na terceira seção apresentamos e discutimos nosso mergulho nas redes sociais Twitter e Facebook, acompanhando o cenário necropolítico pandêmico impulsionado por *fake news*. Na quarta seção, nos voltamos para discutir o (ciber)ativismo praticado por um grupo de professoras/es no Facebook em resposta às políticas de enfrentamento da pandemia do novo coronavírus no Brasil. Por fim, na conclusão, salientamos o importante papel das redes sociais como (mais) um campo de batalha na cibercultura, permitindo que haja maior mobilização das/os internautas interessadas/os na ampliação de suas vozes e lutas.

A cartografia *online* como aposta teórico-metodológica: breves apontamentos

A cartografia *online* acompanha diferentes processos de produção e de compartilhamento de saberes na/em rede, o que possibilita nos afetarmos e afetarmos outros sujeitos na medida em que mergulhamos por caminhos não lineares. Oliveira e Paraíso (2012) referem-se à cartografia enquanto um mapa aberto, apontando que não há uma lógica do início e do fim, na medida em que não se busca seguir nenhum

⁹ As duas pesquisas de mestrado foram orientadas pelo Prof. Dr. Dilton Ribeiro Couto Junior.

protocolo normalizado, dependendo muito mais do modo com o qual o cartógrafo experimenta o traçado e seu próprio pensamento. Nosso mapa opera em movimento, em “composições de fluxos de conhecimento e redes de afecção, traçados de redes complexas de saber-poder, mapeamentos de processos de subjetivação ou daquilo que interpela alguém a uma determinada forma de agir-pensar o/no mundo” (COUTO JUNIOR; POCAHY, 2017, p. 614-615).

Rolnik (2011) afirma que a/o cartógrafa/o se apropria de tudo que encontra pelo caminho para realizar seu trabalho, permanecendo aberta/o a percorrer e descrever trajetos possíveis, munida/o de um olhar de alteridade que a/o acompanha ao longo da investigação. Em tempos de cibercultura, neste mapa é analisado/desenhado um território que compõe uma paisagem em constante transformação, com a centralidade no modo como nos relacionamos com o outro a partir das tecnologias digitais. O método cartográfico, portanto, possibilita produzir novos planos de experimentação por meio de agenciamentos coletivos que afetam/modificam pesquisador/a e sujeitos (POCAHY; SILVA; DOURADO, 2020). Destacamos que esses agenciamentos coletivos são percebidos a partir de uma mobilidade dupla, que intercrusa a mobilidade física e a informacional (SANTAELLA, 2013). Isto quer dizer que defendemos a indissociabilidade do *online* e *offline* como um dos principais marcos da cibercultura e que traz implicações sobre nossa forma de pensar/fazer a pesquisa nos diferentes (ciber)espaços.

Reconhecendo a centralidade das tecnologias digitais em rede nas práticas sociais cotidianas, vimos argumentando em nossas pesquisas a importância de mergulharmos no contexto cibercultural. A influência e a presença do digital em rede na vida dos sujeitos são discutidas na pesquisa TIC domicílios¹⁰, realizada entre março e julho de 2023, que aponta que 84% da população brasileira acessa a internet. Outro dado relevante é que as/os jovens entre 16 e 24 anos são as/os mais conectadas/os,

¹⁰Pesquisa TIC domicílios. Disponível em: <<https://is.gd/R7r90h>>. Acesso em: 29 jan. 2024.

atingindo a marca de 95%. Com base nessas informações, coadunamos com Carvalho e Pocahy (2020) sobre estarmos diante de novas formas de habitar o presente, que reverberam em outras demandas e perspectivas para o campo da educação e os processos formativos. Além disso, os autores apontam que essa presença na rede também nos desafia a pensar sobre a forma como conduzimos nossas pesquisas acadêmicas.

O mergulho nas intensidades de nossos cotidianos (ROLNIK, 2011) é imprescindível à produção de um conhecimento que busca dialogar com os fenômenos pesquisados. Cartografamos/acompanhamos as dinâmicas sociais *online* porque buscamos analisar o que pensam, produzem e compartilham as/os internautas. Dessa forma, apostamos no método cartográfico porque nos interessa buscar diferentes formas de pensar, abrindo novas entradas de problematização (KASTRUP, 2005). Nas redes sociais, nos deixamos mergulhar nas postagens, conversas e discussões para acompanhar a constituição de práticas sociais. Dessa forma, consideramos “fundamental conhecer a singularidade do contexto por onde operacionalizamos a pesquisa cartográfica na cibercultura, pois ela influencia em nossas escolhas teóricas, epistemológicas e metodológicas” (CARVALHO, 2021, p. 41).

Nossa aposta com o método cartográfico é ancorada em aportes pós-estruturalistas, que abre mão da rigidez/fixidez dos sentidos, entendendo que os achados são provisórios e que não buscam conhecer A verdade (MEYER, 2014; PARAÍSO, 2014). Pelo contrário, duvidamos daquilo que é tido como verdade, colocando em xeque as relações de causa e efeito e reconhecendo que todo processo investigativo é desenvolvido dentro de um espaço-tempo singular (MEYER, 2014). Além disso, compreendemos que todo fenômeno deve ser lido como uma produção situada historicamente, socialmente e culturalmente, sendo, portanto, um convite à problematização. Defendemos, como pesquisadoras, a importância de “colocar sob suspeita o que pensamos para (re)construir outras possibilidades de constituição dos sujeitos” e do mundo (MARCONDES; FERRARI, 2022, p. 263).

Ao contrário do que muitas/os afirmam, discordamos da hipótese de que a “internet é terra de ninguém”. Este tipo de discurso desconsidera que, por trás de cada conteúdo criado e/ou compartilhado, existe um sujeito de carne e osso. Essa complexa trama que constitui a cibercultura, conforme aponta Lemos (2010), pode ser compreendida a partir de três princípios, que serão brevemente apontados em sequência. Com 1) *a liberação da palavra/polo de emissão*, vivenciamos o momento em que os sujeitos passam a ser os próprios produtores de conteúdos; conteúdos estes compartilhados a partir de um contexto de 2) *conexão e conversação mundial*, abrindo espaço para que haja uma 3) *reconfiguração social, política e cultural*. Dito isso, buscamos participar de processos comunicacionais em rede partilhando saberes com sujeitos que têm muito a nos contar sobre seus modos de ser/estar no mundo (COUTO JUNIOR; TEIXEIRA; MADDALENA, 2023). Cartografar em tempos de cibercultura significa, portanto, acompanhar um fluxo informacional fruto da produção e do compartilhamento de informações emitidas por sujeitos de todas as partes do mundo.

Em diálogo com a perspectiva pós-estruturalista, percebemos o potencial de nossas movimentações cartográficas nas esferas do ciberespaço como possibilidades de acompanhar as dinâmicas comunicacionais de internautas que fizeram das redes um verdadeiro lócus de mobilização política em tempos de COVID-19. Salientamos que esses percursos não devem ser tomados como referências, do ponto de vista de um roteiro, uma vez que toda cartografia é singular. Apresentamos a seguir nossos percursos cartográficos em tempos de cibercultura, evidenciando o modo como mergulhamos nas redes sociais e interagimos com os sujeitos.

“Não somos cobaias”: negacionismo científico impulsionado por *fake news* em tempos de COVID-19

Ao longo de 2020 e 2022, o trabalho de Marcelle Teixeira investigou o cenário de barbárie escancarado pela pandemia de COVID-19. Com a cartografia *online*, foi

realizado um mergulho nas redes sociais Twitter e Facebook, com o objetivo de acompanhar as *fake news* produzidas e compartilhadas por internautas sobre os acontecimentos sociais e políticos no Brasil pandêmico. Essas duas redes sociais foram privilegiadas na pesquisa pela popularidade delas no país e pelo potencial comunicacional envolvendo a produção e o compartilhamento de imagens e vídeos.

Com o perigo eminente de sermos contaminadas/os, praticamos o isolamento físico¹¹ como uma alternativa viável para nos mantermos vivas/os, principalmente até janeiro de 2021, quando o Brasil ainda não havia iniciado a campanha nacional de vacinação. No entanto, não podemos ignorar que esta prática, apesar de indicada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), não pôde ser seguida por uma parcela significativa da população, que precisou continuar se expondo nas ruas, principalmente para assegurar o vínculo empregatício e o sustento da família.

Neste período, havia a defesa de que o vírus possuía caráter universal/democrático, sem distinção entre os sujeitos. No entanto, nos colocamos na contramão deste discurso, principalmente a partir da compreensão de que os efeitos não são os mesmos para todas/os. A pandemia escancarou as desigualdades sociais, evidenciando que o isolamento físico foi possível para poucas/os brasileiras/os (MADDALENA; COUTO JUNIOR; TEIXEIRA, 2020); aquelas/es que puderam experienciar este privilégio fizeram da quarentena um momento criativo, com direito a *lives* e muitos momentos de interação por videoconferência com amigas/os e familiares (COUTO; COUTO; CRUZ, 2020). Uma análise do cenário pandêmico brasileiro precisa considerar os diferentes marcadores sociais de identidade e diferença, que funcionam como organizadores sociais que englobam “todos os processos pelos quais a cultura constrói e distingue corpos e sujeitos” (MEYER, 2014, p. 53).

¹¹ Optamos pelo uso da expressão “isolamento físico” no lugar de “isolamento social” porque defendemos que, apesar de geograficamente dispersas/os, permanecemos interconectadas/os com outras/os internautas graças ao digital em rede (MADDALENA; COUTO JUNIOR; TEIXEIRA, 2020).

Reiteramos que estivemos mergulhadas/os em um cenário de barbárie marcado pela (necro)política, cujos efeitos feriram os princípios democráticos e puderam ser sentidos na educação, na arte e na ciência (SILVA JUNIOR; COUTO JUNIOR; RODRIGUES, 2020). Essas políticas de morte e ódio buscaram alimentar uma “guerra permanente, constante, persistente, um projeto racista, misógino, assassino que se afana em excluir todas as formas da diferença que não se encaixam nele” (KOHAN, 2020, p. 1). A pandemia pareceu atuar “como mais um instrumento dessa necropolítica, quase como uma oportunidade de consolidar a política da morte de forma mais rápida, segura, econômica” (KOHAN, 2020, p. 3). Diante de inúmeras ações necropolíticas que se intensificaram durante a pandemia, destacamos a captura de tela abaixo durante o percurso cartográfico no Twitter, que resume o sentimento coletivo de indignação frente a um cenário que “não dá mais”.

Figura 1 – Internauta desabafa no Twitter

A gente tá cansado. A gente tá exausto de ver todo mundo morrer de uma doença que já tem vacina. De desmentir fake news, de ter que brigar pela ciência. Cansado mesmo. A gente vive mais de 3 mil velórios por dia, vidas que poderiam ter sido poupadas. Não dá mais.

22:40 · 04/05/2021 · [Twitter for Android](#)

Fonte: Captura de tela realizada no Twitter em maio de 2021.

Acompanhamos o desenvolvimento da necropolítica praticada pelo Governo Federal durante a pandemia, que prezou por um discurso antivacina que minimizava a COVID-19, acompanhada por esquemas de corrupção na compra dos imunizantes e da priorização de contêineres para armazenar corpos no lugar da compra de respiradores. A fala da internauta acima demarca também outras duas questões alarmantes. A primeira

delas diz respeito à produção e disseminação de *fake news*, que estão entre as grandes responsáveis por alimentar um cenário de incertezas na população, forjando discursos com base nos interesses políticos ou, ainda, em teorias infundadas sobre a doença e sua cura (LEMOS, 2021). A segunda questão levantada foram os constantes ataques à ciência e às instituições científicas do país em meio à crise sanitária e o esforço mundial para o desenvolvimento de um imunizante capaz de proteger a população contra a COVID-19.

O movimento cartográfico também acompanhou a produção e o compartilhamento de *memes* que viralizaram na rede e se propuseram a questionar os inúmeros momentos da pandemia em que Bolsonaro minimizou a doença, denominando-a de “gripezinha” (figura 2). Ao contrário do que muitas/os defendem sobre os *memes* serem uma espécie de lixo virtual, partimos do pressuposto de que são imagens-dizeres que “indicam compreensão e visões de mundo, registram momentos que ficam na memória como os antigos álbuns de família. Elas circulam contando e recontando histórias” (SANTOS; COLACIQUE; CARVALHO, 2016, p. 136). Uma dessas visões de mundo pode ser compreendida como a insatisfação por parte daquelas/es que se comprometem e confiam nas informações fornecidas pelas instituições científicas, institutos de pesquisa e grande mídia.

Figuras 2 e 3 – *Memes* em resposta à banalização do novo coronavírus



Fonte: *Meme* capturado do Facebook no mês de março de 2020.



Fonte: Meme capturado no Twitter no mês de junho de 2021.

No *meme* acima, o personagem homem-aranha encontra-se com as duas mãos na cabeça, demonstrando sinal de preocupação/desespero, sentimento que é reforçado com a frase “eles disseram que era só uma gripezinha”. Além deste, destacamos o *meme* em que o rosto de um homem é inserido dentro da imagem de um vírus, fazendo alusão ao novo coronavírus, acompanhado da frase “Eu sou uma piada pra vocês?”. Os *memes* cartografados colocam em xeque as (necro)políticas de enfrentamento da pandemia, funcionando como estratégias de resistência ao expor a banalização da doença. Eles têm o potencial de disparar reflexões que permitem a constituição de entradas de problematização acerca do contexto contemporâneo, oportunizando a participação das/os internautas na elaboração e no compartilhamento da crítica (COUTO JUNIOR; POCAHY; CARVALHO, 2019). Através do uso do humor e da ironia, os *memes* cartografados expressam desacordo com os discursos antivacina do ex-presidente. Suas falas e ações geraram preocupação desde o surgimento da doença, quando foi entendida por ele como uma “gripezinha”, até a chegada dos imunizantes no Brasil, questionados quanto à sua eficácia (OLIVEIRA; DUQUE, 2022).

O Brasil possui o Plano Nacional de Imunização (PNI), considerado um dos maiores programas de vacinação do mundo, ofertando quase 50 imunobiológicos para

toda a população¹². Apesar de ser reconhecido como uma referência, o país enfrentou (e continua enfrentando) períodos de instabilidade, marcados pela proliferação de *fake news* e também pela constante descrédibilização científica. Durante o percurso cartográfico nas redes, nos deparamos com uma série de *fake news* envolvendo as vacinas contra a COVID-19, incluindo: o imunizante é capaz de modificar o DNA dos seres humanos, voluntárias/os que participaram dos testes morreram após serem imunizadas/os, a presença de um chip líquido nas vacinas capaz de controlar a população, além da maior propensão à transmissão de HIV. Todas estas falácias foram motivos de preocupação durante a Campanha Nacional de Imunização contra a COVID-19, haja vista o potencial comunicacional das redes na formação da opinião pública.

A produção de *fake news* que reiteram o discurso antivacina é preocupante, ainda mais quando foram amplamente disseminadas no contexto da maior crise sanitária e hospitalar enfrentada no Brasil. Existe um “equívoco dos internautas no repasse de informações inverídicas, sem maiores cuidados em averiguar as fontes” (MESQUITA; SANTANA; SILVA; SANTOS, 2020, p. 414), aspecto que contribui para colocar em risco a vida da própria população. Além das *fake news*, destacamos também a descrédibilização e o desmonte das instituições e pesquisas científicas, a começar pelo próprio Governo Federal. A previsão orçamentária para 2021, aprovada no Congresso, indicava o corte de 34% da verba anual. Além disso, evidenciamos também que durante a pandemia houve o corte de quase 8 mil bolsas permanentes ofertadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)¹³.

Além das instâncias governamentais, não podemos desconsiderar que a própria população foi responsável por alimentar o cenário do negacionismo. Durante a pesquisa, também acompanhamos uma manifestação na Avenida Paulista, região central da cidade

¹² Plano Nacional de Imunização (PNI) é um dos maiores programas de vacinação no mundo. Disponível em: <<https://is.gd/BMgbCR>>. Acesso em: 17 jul. 2023.

¹³ Corte de verbas na ciência brasileira. Disponível em: <<https://is.gd/nScGO2>>. Acesso em: 17 jul. 2023.

de São Paulo, no dia 01 de agosto de 2021. As/os manifestantes apoiavam as políticas de Jair Bolsonaro, reforçando o desejo pela sua reeleição em 2022 nas urnas, o que não aconteceu. A hesitação vacinal, conforme nosso registro fotográfico abaixo (figura 4), ficou muito evidente ao longo da caminhada pela Avenida Paulista.

Figura 4 – Não somos cobaias, somos Bolsonaro



Fonte: Acervo da pesquisa, 2021.

Esta imagem incide sobre nossos interesses investigativos porque inter-relaciona as *fake news* e a descredibilização da ciência através dos cartazes “NÃO SOMOS COBAIAS” e “SOMOS BOLSONARO”. O uso do termo cobaia foi amplamente utilizado diante da preocupação em relação ao tempo de criação/desenvolvimento das vacinas contra a COVID-19. No entanto, esta preocupação mostra-se infundada, porque o trabalho com a produção da vacina não foi iniciado em 2020, com a chegada da pandemia¹⁴.

¹⁴ A pesquisadora e diretora do Laboratório de Desenvolvimento de Vacinas do Butantan, Viviane Gonçalves, indica que se somam pelo menos 20 anos do desenvolvimento da tecnologia para combater o vírus. Conforme aponta a pesquisadora, a tecnologia estava em andamento pelo menos desde 2003,

Durante a manifestação, os sujeitos defendiam que não eram cobaias, ou seja, não eram objetos de experiências ou testes para a validação de pesquisas. Cabe mencionar ainda que esta manifestação ocorreu aproximadamente sete meses depois de a primeira pessoa ser vacinada no Brasil, e que neste mesmo período a segunda dose da vacina se encontrava disponível. Dessa forma, não se tratava de um questionamento imediato ao início da campanha de imunização, tendo em vista que, neste momento, muitas dúvidas já haviam sido sanadas, assim como muitas *fake news* já haviam sido desmentidas pelos órgãos de pesquisa, representantes da saúde e grande mídia.

A população, não tendo ciência destas pesquisas ou não confiando no trabalho das/os cientistas, questionou a suposta rapidez na produção das vacinas contra a COVID-19. Décadas de pesquisa foram dedicadas ao desenvolvimento da vacina, e não apenas alguns meses, tornando-se mais uma *fake news* motivo de preocupação para aquelas/es que não checaram a veracidade dos fatos. Ademais, pesquisadoras/es de todo o mundo buscaram trabalhar de modo coletivo para acelerar o desenvolvimento do imunizante contra a doença. Isto aponta para a necessidade de acompanharmos atentamente a produção de *fake news* que, na pandemia, trouxeram com força discursos antivacina, desqualificando profissionais da saúde e instituições de pesquisa (TAVARES; MAGALHÃES; BRITO, 2020).

Mesmo diante de uma doença que levou a óbito mais de 700 mil brasileiras/os¹⁵, além das manifestações a favor de Bolsonaro que questionavam a imunização contra a COVID-19, houve outras ações que caminharam na contramão de uma postura ética e responsável socialmente durante a pandemia. Com o objetivo de mascarar o número de vítimas, houve a divulgação massiva de *fake news*, até mesmo por parte do ex-presidente, convocando a população a invadir hospitais com a justificativa de comprovar que a superlotação e o colapso do sistema público de saúde eram

quando houve o primeiro surto envolvendo um coronavírus, no entanto, não houve a finalização de um imunizante porque o surto se encerrou antes. Disponível em: <<https://is.gd/wO4nIw>>.

¹⁵ Mortes por COVID-19 no Brasil. Disponível em: <<https://www.conass.org.br/painelconasscovid19/>>. Acesso em: 14 jul. 2023.

informações falsas forjadas pela mídia. Este movimento foi colocado em prática por deputados, em diferentes estados do país, como no Rio de Janeiro¹⁶, Espírito Santo¹⁷ e São Paulo¹⁸. Essa postura reflete a força do negacionismo científico impulsionado por *fake news* durante a pandemia.

Entendemos que não faltaram informações durante esse período, no entanto, algumas crenças, por vezes, estão tão enraizadas que determinados grupos de sujeitos passam a considerá-las como inquestionáveis, rotulando, inclusive, notícias verdadeiras como notícias falsas (SANTAELLA, 2019). Apesar do cenário marcado pelas práticas necropolíticas, alimentadas pela produção e disseminação de *fake news*, precisamos continuar apostando na ciência e na educação como nossas maiores aliadas na desestabilização de discursos ancorados em argumentos infundados.

Embora o cenário necropolítico tivesse ficado bem evidente durante a pandemia, muitas críticas foram lançadas por pessoas de esquerda, como a falta (significativa) de doses da vacina, o aumento do desemprego e o aumento do preço dos alimentos, apenas para citar alguns exemplos. Estas críticas foram apontadas por muitas/os internautas, que compartilharam suas dores e preocupações, conforme apresentamos a seguir a partir da pesquisa de Reginaldo Soares. A investigação centrou-se em investigar a mobilização política de docentes no Facebook, evidenciando o descontentamento com a política do ex-presidente brasileiro.

“O momento é de ir às ruas”: mobilização política de docentes no Facebook

Entre 2020 e 2022, o trabalho de Reginaldo Soares buscou cartografar práticas (ciber)ativistas de professoras/es em resposta às políticas de enfrentamento da pandemia do novo coronavírus. Para isso, a pesquisa de campo foi conduzida no grupo do

¹⁶ Invasão em hospital do Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://is.gd/FqTVXq>>. Acesso em: 18 jul. 2023.

¹⁷ Invasão em hospital do Espírito Santo. Disponível em: <<https://is.gd/4RrWqG>>. Acesso em: 18 jul. 2023.

¹⁸ Invasão em hospital de São Paulo. Disponível em: <<https://is.gd/a7IuFo>>. Acesso em: 18 jul. 2023.

Facebook intitulado “Professores Pela Democracia”, criado em 2018, e que contabilizava mais de 90 mil membros em junho de 2021. A escolha pelo Facebook deu-se principalmente pelo número expressivo de internautas que estão reunidos nesta rede social, que alcançou, no primeiro trimestre de 2020, a marca de 3 bilhões de internautas ativos a cada mês¹⁹. Além disso, diferentemente das outras redes sociais, há a possibilidade de criação de grupos, o que possibilita agregar pessoas com interesses comuns. Em relação aos aspectos éticos da investigação, as/os participantes da pesquisa produziram e compartilharam informações, opinaram e conversaram em rede, por isso optamos por nomes fictícios para preservar suas identidades.

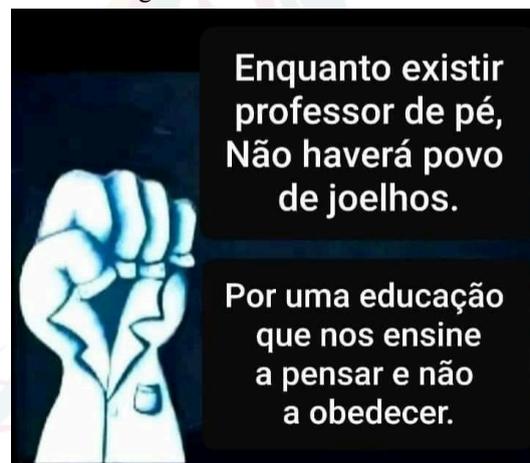
Adotamos o procedimento da conversa *online* para interagir com os sujeitos, o que significou lançar mão de uma aposta metodológica que já faz parte de nosso cotidiano. Se conversamos no dia a dia, “por que não enquanto pesquisamos?”, questionam-se Sampaio, Ribeiro e Souza (2018, p. 25). A conversa configura-se como um convite para que haja o intercâmbio de experiências entre duas ou mais pessoas (RUANI; COUTO JUNIOR; AMARO, 2020). Em nosso percurso cartográfico, esse intercâmbio ocorreu no contexto das dinâmicas ciberculturais, com os sujeitos da pesquisa fazendo da internet um espaço potente para realizar “edição, manipulação, produção e compartilhamento de todo e qualquer arquivo digital na infraestrutura interativa e participativa do ciberespaço” (COUTO JUNIOR, 2015, p. 38).

Durante a realização do trabalho de campo, percebemos o engajamento do grupo na organização de estratégias de resistência às diferentes políticas governamentais praticadas durante a pandemia. Consideramos as/os docentes participantes da pesquisa como ciberativistas, ou seja, sujeitos integrantes de movimentos *online* que se fortalecem em tempos de intensas disputas políticas, mobilizando-se coletivamente com o objetivo de que suas demandas sejam discutidas e colocadas em ação. Conforme apontaram Sepulveda e Silva (2022) sobre o período pandêmico, profissionais do

¹⁹ Facebook alcança 3 bilhões de internautas por mês. Disponível em: <<https://is.gd/deuuUL>>. Acesso em: 3 jun. 2021.

campo educacional de todo Brasil, apesar do apoio insuficiente por parte das autoridades locais e federais, “criaram redes de amizade e de solidariedade e inventaram muitos possíveis para continuar lutando por um mundo melhor para todos e todas e, sobretudo, buscaram afirmar a vida e a alegria nas escolas” (p. 2). Nessa linha de pensamento, a pandemia nos ensinou que precisamos continuar investindo no campo da educação, reconhecendo o importante papel das/os docentes e das diferentes instituições de ensino para a formação humana. Essa valorização das/os profissionais da educação foi percebida durante o movimento cartográfico, conforme apresentado na figura 5 abaixo, que diz respeito à comemoração do grupo no dia 15 de outubro.

Figura 5 – Professores na luta



Fonte: Grupo Professores Pela Democracia.

Rose: *Parabéns a todos os mestres [pelo dia dos professores]!* 🎉 🍰

Marsee: 🙌 🙌 🙌

Carmo: 🙌 🙌 🙌 🙌 🙌

Jose: #ForaBolsonaroGenocidaEsuaQuadrilha

Gilberto: *Fora Bolsonaro*

Iza: *Fora*

Em nosso movimento cartográfico, buscamos interagir com a/o outra/o mediante uma postura dialógica e de alteridade, colocando em prática uma dinâmica comunicacional centrada na perspectiva de que as ideias fossem “debatidas,

confrontadas, tecidas e aprimoradas, com vistas a ir além da condição de consumidor de conteúdos, passando também a criar, disponibilizar, discutir e compartilhar suas autorias em rede” (SANTOS; CARVALHO, 2018, p. 34). Participamos ativamente do processo de transformação experienciado em parceria com as/os docentes do grupo, tecendo reflexões que se constituíram como “um horizonte de possibilidades de construções coletivas do conhecimento” (RUANI; COUTO JUNIOR; AMARO, 2020, p. 212). Isso aconteceu porque nos colocamos à disposição para aprender com o outro, de forma afetiva e engajada, dialogando abertamente com os sujeitos.

As/os professoras/es do grupo atuam em espaços de conversação e de colaboração, mantendo-se engajadas/os em discutir e combater práticas misóginas, homofóbicas e racistas amplamente difundidas na rede durante a pandemia. A imagem com a frase “vidas brasileiras importam”, conforme a figura 6 abaixo, foi compartilhada no grupo com a intenção de promover um debate sobre as políticas de enfrentamento da pandemia do novo coronavírus. Esta imagem representa o papel importante deste engajamento coletivo na rede em defesa das chamadas minorias sociais, apontando para a promoção da participação pública em um processo que revitaliza a democracia.

Figura 6 – Vidas brasileiras importam



Fonte: Grupo Professores Pela Democracia.

*CONTAGEM REGRESSIVA
FORA BOLSONARO!*

Estamos há 715 dias para que o povo brasileiro não seja mais motivo de piada mundo à [sic] fora por causa de um presidente incompetente e facínora.

Paulo: “E daí?”, “gripezinha”, “não sou coveiro”, “país de maricas”: desde que o coronavírus chegou ao Brasil, Bolsonaro tratou publicamente com desdenho a crise. Enquanto a epidemia avançava, suas falas causavam ultraje.

Anelisa: #ForaBolsonaro

Mario: Fora Bolsonaro

Defender a valorização da vida durante a pandemia foi um ato político; defender a vida implicou também uma postura ética de combate às políticas de banalização da morte, que pregaram o negacionismo científico e colocaram em risco a população brasileira. As estratégias de funcionamento da necropolítica podem ser percebidas pela postura do ex-presidente durante o período pandêmico, conforme apontado por Couto, Couto e Cruz (2020, p. 211): “minimiza a gravidade da Pandemia, debocha dos doentes e mortos, ironiza familiares que choram seus mortos, faz, apoia e ressalta discursos autoritários, agride profissionais de saúde, jornalistas e instituições”, estimulando ainda “os contínuos pedidos de seus apoiadores de intervenção militar no País”. A aliança política das/os professoras/es do grupo foi fundamental para garantir maior mobilização em torno das diferentes causas sociais, revelando um verdadeiro sentimento de indignação durante a pandemia.

Como nos lembra Castells (2013, p. 8), as práticas ciberativistas são motivadas pela “humilhação provocada pelo cinismo e pela arrogância das pessoas no poder, seja ele financeiro, político ou cultural, que uniu aqueles que transformaram medo em indignação, e indignação em esperança de uma humanidade melhor”. Essas práticas, embora muitas vezes orquestradas nas redes, também ganharam o espaço das ruas durante a pandemia, segundo percebemos durante o trabalho de campo. Conforme a figura 7 abaixo, muitos convites foram compartilhados na rede com o objetivo de

convocar as/os docentes a ocupar as ruas no dia 07 de setembro, Dia da Independência do Brasil.

Figura 7 – O punho cerrado



Fonte: Grupo Professores Pela Democracia.

No dia 07 de setembro, para cada fascista na rua há de se erguer 2 punhos cerrados. Não se recua perante o fascismo, pois se assim for, eles acabam se acomodando e a barbárie vai se naturalizando cada vez mais.

O momento não é de discutir de ir ou não às ruas defender a democracia. O momento é de ir às ruas para combater o avanço do fascismo.

Com a extrema direita e com fascistas, nenhum diálogo! Luta .

#ForaBolsonaroeSuaQuadrilha

#VacinaNoBraçoComidaNoPrato

Em nosso percurso cartográfico, aprendemos que estamos imersas em processos de transformação constantes, sujeitos a novas destabilizações que podem nos inspirar a buscar brechas para contestar o instituído (KASTRUP, 2005). O ciberativismo praticado no grupo evidencia uma estratégia de (re)existência que busca contestar a necropolítica instituída durante a pandemia. Reconhecemos que tais estratégias ciberativistas “operam no âmbito de uma complexa estrutura social, visando enfrentamentos que promovam (micro)rupturas no cenário contemporâneo” (COUTO JUNIOR; BRITO; POCAHY; AMARO, 2019, p. 1.213). A própria existência do grupo, a nosso ver, configura-se como um ato político de resistência em resposta à necropolítica colocada em funcionamento durante o período pandêmico. O convite para

ocupar as ruas (“*O momento é de ir às ruas*”) no comentário acima reforça a ideia de que o ciberativismo das/os docentes no grupo não se restringiu à luta política praticada no Facebook, mas buscou ocupar também o espaço das ruas, dando ainda mais visibilidade às demandas dessas/es profissionais.

Nossa cartografia *online* permitiu reconhecer a importante função de experienciar a troca com o outro, muito inspirada no modo como Carvalho e Pocahy (2020, p. 96) operam epistêmico-metodologicamente: “pensamos-praticamos a cartografia enquanto método, não no sentido de procedimentos a serem seguidos, um passo a passo fechado em si, mas como modos de problematização de mundos, a partir de um olhar-sentir o outro, a vida cotidiana”. Dessa forma, acompanhar o grupo do Facebook Professores Pela Democracia trouxe como sentido partilhar coletivamente aprendizados-ensinamentos com outras/os docentes, experienciando, em tempos de cibercultura, a constituição de novas redes de solidariedade e cooperação entre sujeitos geograficamente dispersos.

As redes sociais como (mais) um campo de batalha: a título de conclusão

As redes sociais têm desempenhado um papel importante enquanto um *lócus* de resistência por sujeitos que integram as chamadas minorias sociais, incluindo negras/os, nordestinas/os, indígenas, mulheres, além de pessoas da comunidade LGBTQIA+. As práticas ciberativistas orquestradas na rede contra as inúmeras ações necropolíticas experienciadas durante o período pandêmico brasileiro apontam para o potencial comunicacional da internet na promoção da participação pública e no engajamento coletivo.

Conforme discutido anteriormente, o ciberativismo envolve reivindicações e mobilizações coletivas, caracterizado como uma nova fronteira da participação política em tempos de cibercultura, ao conectar pessoas geograficamente dispersas em torno de

interesses comuns. Com isso, ambas as pesquisas apresentadas e discutidas neste texto buscaram fomentar discussões que questionassem os acontecimentos contemporâneos, evidenciando o papel ciberativista de internautas na luta contra as diferentes formas de desigualdades escancaradas durante a pandemia. Em nossos percursos cartográficos, partimos do pressuposto que “os movimentos ciberativistas [...] nos permitem olhar com mais atenção para as reivindicações e demandas dos diferentes grupos sociais no Brasil” (COUTO JUNIOR; VELLOSO; SANTOS, 2020, p. 104).

Fomos provocadas pelas proposições de Harari (2020) sobre precisarmos pensar no mundo pós-coronavírus. Segundo o autor, era necessário pensarmos não somente na superação da ameaça imediata na qual estávamos inseridas, “mas também que tipo de mundo habitaremos uma vez passada a tempestade” (HARARI, 2020, p. 29).

A tempestade chamada COVID-19 cessou em maio de 2023, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou fim da pandemia²⁰; no entanto, ainda buscamos rememorar tudo o que experienciamos durante o período pandêmico, porque os ventos causaram danos que ainda precisam de muitos reparos. Não podemos esquecer que é sempre possível criarmos, coletivamente, zonas de fuga, visando ampliar nossas margens de liberdade (OLIVEIRA; DUQUE, 2022), mesmo no olho do furacão COVID-19.

Nossas movimentações cartográficas realizadas entre 2020 e 2022 voltaram-se principalmente para as redes do Facebook e do Twitter, tanto a partir das capturas de telas e *memes*, como em diálogo com o grupo de professoras/es. Acompanhar a atuação das/os internautas nas diferentes redes sociais em resposta às ações (necro)políticas experienciadas na pandemia e impulsionadas por *fake news* significou também perceber o desejo coletivo por continuar defendendo a democracia brasileira. Reconhecemos ainda o importante papel das redes sociais como (mais) um campo de batalha em tempos de cibercultura. Como educadoras, continuamos apostando na potência do

²⁰ Organização Mundial da Saúde (OMS) declara fim da pandemia de COVID-19. Disponível em: <<https://is.gd/CeeynO>>. Acesso em: 18 jul. 2023.

ciberespaço para um diálogo mais plural e aberto, convidativo à mobilização de sujeitos interessados na ampliação de suas vozes e lutas.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo, Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

AMARO, Ivan; COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro; GANEM, Bruno. “Eu reboło até o chão mesmo!”: vidas precárias e corpos de gênero dissidentes no cotidiano escolar. **Revista Exitus**, Santarém, v. 11, n. 1, p. 1-24, 2021. Disponível em: <<https://is.gd/faVPet>>. Acesso em: 16 jul. 2023.

AUAD, Daniela; SEPULVEDA, Denize. Relações de gênero e sexualidade no Brasil: desafios interseccionais e justiça para mulheres negras e LBT’s. **Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, n. 9, n. 21, p. 187-202, set./dez. 2022. Disponível em: <<https://is.gd/16aPjj>>. Acesso em: 17 jul. 2023.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARVALHO, Felipe. **#Pedagogiasciberculturais: como nos tornamos o que somos?** 2021. 192f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

CARVALHO; Felipe; POCAHY, Fernando. Cartografias ciberculturais da formação docente: experimentações autorais na disciplina de educação estética. **Revista Ciências Humanas**, Taubaté, v. 13, n. 1, p. 94-102, jan./abr. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3blYJvG>>. Acesso em: 10 maio 2020.

CARVALHO; Felipe da Silva Ponte de; POCAHY, Fernando. O método cartográfico na/com a formação na cibercultura. **RE@D - Revista de Educação a Distância e Elearning**, Lisboa, v. 3, n. 1, p. 62-77, mar./abril 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/33t3oe9>>. Acesso em: 4 maio 2021.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

COUTO, Edvaldo; COUTO, Edilece Souza; CRUZ, Ingrid de Magalhães Porto. #Fiqueemcasa: educação na pandemia da COVID-19. **Interfaces Científicas** –

Educação, Aracaju, v. 8, n. 3, p. 200-217, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/35ZS4X8>>. Acesso: 15 maio 2020.

COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro. Educação e cibercultura: ensinar e aprender com as imagens digitais nos processos comunicacionais na/da internet. **Informática na Educação: teoria & prática**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 37-50, jan./jun. 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2NxE8to>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro; BRITO, Leandro Teofilo de; POCAHY, Fernando; AMARO, Ivan. Jovens em estado de alerta no Facebook: diálogos tecidos em/na rede como estratégia de (re-)existência à regulação das vidas precarizadas. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 14, n. 3, p. 1210-1229, set./dez. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2oqqfW>>. Acesso em: 2 out. 2019.

COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro; POCAHY, Fernando. Dissidências epistemológicas à brasileira: uma cartografia das teorizações queer na pesquisa em educação. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 42, n. 3, p. 608-631, set./dez. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2AsI62q>>. Acesso em: 26 out. 2018.

COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro; POCAHY, Fernando; CARVALHO, Felipe. Ensinar-aprender com os memes: quando as estratégias de subversão e resistência viralizam na internet. **Periferia**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 17-38, maio/ago. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2EsoMEd>>. Acesso em: 22 maio 2019.

COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro; TEIXEIRA, Marcelle Medeiros; MADDALENA, Tania Lucía. #LigaACâmera: relatos de estudantes de Pedagogia do Rio de Janeiro sobre os Encontros por videoconferência. **EaD em Foco**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, e2061, 2023. Disponível em: <<https://is.gd/7npUwq>>. Acesso em: 30 jan. 2024.

COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro; VELLOSO, Luciana; SANTOS, Rosemary dos. Os movimentos ciberativistas de (re)existência nas redes sociais e suas implicações para a educação. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 60, p. 91-108, jan./mar. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/2weX6Bj>>. Acesso em: 1 mar. 2020.

FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: MOTTA, Manoel Barros (Org.). FOUCAULT, Michel. Coleção Ditos & Escritos V. **Ética, sexualidade, política**. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 264-287.

HARARI, Yuval Noah. **Notas sobre a pandemia: e breves lições para o mundo pós-coronavírus**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KASTRUP, Virgínia. Políticas cognitivas na formação do professor e o problema do devir-mestre. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 93, p. 1273-1288, set/dez. 2005.

KOHAN, Walter Omar. Tempos da escola em tempo de pandemia e necropolítica. **Práxis Educativa**, v. 15, p. 1-9, 2020. Disponível em: <<https://is.gd/lfXbjU>>. Acesso em: 14 jul. 2023.

LEMOS, André. Os sentidos da tecnologia: cibercultura e ciberdemocracia. In: LEMOS, André; LÉVY, Pierre. **O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária**. São Paulo: Paulus, 2010, p. 21-31.

LEMOS, André. **A tecnologia é um vírus: pandemia e cultura digital**. Porto Alegre: Sulina, 2021.

LEMOS, André. Os sentidos da tecnologia: cibercultura e ciberdemocracia. In: LEMOS, André; LÉVY, Pierre. **O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária**. São Paulo: Paulus, 2010, p. 21-31.

LEMOS, André; LÉVY, Pierre. **O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária**. São Paulo: Paulus, 2010.

MADDALENA, Tania Lucía; COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro; TEIXEIRA, Marcelle Medeiros. O que dizem os memes da educação na pandemia? Dilemas e possibilidades formativas. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica**, Salvador, v. 5, n. 16, p. 1518-1534, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/37WedIs>>. Acesso em: 29 dez. 2020.

MAGALHÃES, Alexandre. As gerias na pandemia: explicitação da política de precarização e de exposição à morte. **Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia**, Pelotas, v. 8, p. 79-85, 2020. Disponível em: <<https://is.gd/sTQguM>>. Acesso em: 14 jul. 2023.

MARCONDES, Glaucia Siqueira; FERRARI; Anderson. Pesquisa pós-estruturalista em educação: desconstruir para (re)construir a história cigana e seus processos de subjetivação. **MARGENS - Revista Interdisciplinar**, Pará, v. 16, n. 26, p. 261-281, jun. 2022. Disponível em: <<https://is.gd/hJgYbo>>. Acesso em: 1 fev. 2024.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MESQUITA, Ofélia Alencar; SANTANA, José Rogério; SILVA, Daniela de Moraes; SANTOS, Alane de Moraes dos. Fake news: geração, propagação e educação para as

redes sociais. **Textura**, Canoas, v. 22, n. 52, p. 397-416, out./dez. 2020. Disponível em: <<https://is.gd/lwdVie>>. Acesso em: 8 jul. 2021.

MEYER, Dagmar Estermann. Abordagens pós-estruturalistas de pesquisa na interface educação, saúde e gênero: perspectiva metodológica. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Orgs.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. 2. Ed. Belo Horizonte: Mazza, 2014, p. 49-63.

OLIVEIRA, Esmael Alves; DUQUE, Tiago. Pandemia e pandemônio no Brasil contemporâneo: reflexões sobre a produção das diferenças. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 85-102, nov. 2022. Disponível em: <<https://is.gd/mdmfs0>>. Acesso em: 18 jul. 2023.

OLIVEIRA, Thiago Ranniery Moreira; PARAÍSO, Marlucy Alves. Mapas, dança, desenhos: a cartografia como método de pesquisa em educação. **Pro-Posições**, Campinas, v. 23, n. 3, p. 159-178, set./dez. 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/3Oqb9Ht>>. Acesso em: 27 jun. 2022.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Orgs.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. 2. Ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014, p. 25-47.

POCAHY, Fernando; SILVA, Ana Lúcia Gomes da; DOURADO, Emanuela Oliveira Carvalho. A cartografia como pesquisa-in(ter)venção do/no presente: modos de/para pensar-fazer a formação docente. **Revista Ciências Humanas**, Taubaté, v. 13, n. 1, p. 5-10, jan./abr. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3fqLU6O>>. Acesso em: 6 maio 2020.

PRETTO, Nelson De Luca. Redes sociais e educação: o que quer a geração alt+tab nas ruas? **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 344-350, maio 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/2zuoeKF>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

PRETTO, Nelson De Luca; ASSIS, Alessandra. Cultural digital e educação: redes já! In: PRETTO, Nelson De Luca; SILVEIRA, Sérgio Amadeu (Orgs.). **Além das redes de colaboração: internet, diversidade cultural e tecnologias do poder**. Salvador: Ed. UFBA, 2008, p. 75-83.

RECUERO, Raquel. Atos de ameaça a face e a conversação em redes sociais na internet. In: Alex Primo. (Org.). **Interações em Rede**. Porto Alegre: Sulina, 2013, v. 1, p. 51-70.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina, 2011.

RUANI, Ruann Moutinho; COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro; AMARO, Ivan. A conversa online como procedimento metodológico na pesquisa com masculinidades dissidentes na cibercultura: notas teórico-metodológicas. **Interfaces Científicas – Educação**, Aracaju, v. 8, n. 2, p. 205-218, mar. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/2J9GiPs>>. Acesso em: 24 mar. 2020.

SAMPAIO, Carmen Sanches; RIBEIRO, Tiago; SOUZA, Rafael de. Conversa como metodologia de pesquisa: uma metodologia menor? In: RIBEIRO, Tiago; SOUZA, Rafael de; SAMPAIO, Carmen Sanches (Orgs.). **Conversa como metodologia de pesquisa**: por que não? Rio de Janeiro: Ayvu, 2018, p. 21-40.

SANTAELLA, Lucia. Desafios da ubiquidade para a educação. **Revista Ensino Superior**, Unicamp, p. 19-28, 2013. Disponível em: <<https://is.gd/wwCCKM>>. Acesso em: 13 dez. 2021.

SANTAELLA, Lucia. **A pós-verdade é verdadeira ou falsa?** São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2019.

SANTOS, Edméa; CARVALHO, Felipe da Silva Ponte de. Autorias partilhadas na interface cidade-redes digitais. **Interfaces Científicas – Educação**, Aracaju, v. 6, n. 3, p. 29-40, jun. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2MOHAEF>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

SANTOS, Edméa; COLACIQUE, Raquel; CARVALHO, Felipe. A autoria visual na internet: o que dizem os memes? **Quaestio**, Sorocaba, v. 18, n. 1, p. 135-157, maio 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2MGandy>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

SEPULVEDA, Denize; SILVA, Sandra Kretli da. O que ganhamos, o que não podemos perder: criações curriculares e tecnologias nos cotidianos escolares. **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 15, n. 3, p. 1-8, set./dez. 2022. Disponível em: <<https://is.gd/uYjIgg>>. Acesso em: 14 jul. 2023.

SILVA JUNIOR, Jonas Alves; COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro; RODRIGUES; Liliana. Quando o fundo do poço é (ainda) mais profundo: sobre a importância das ciências humanas e sociais em tempos de pandemia e negacionismos. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, Rio de Janeiro, v. 6, n. Especial II, p. 6-17, jun./out. 2020. Disponível em: <<https://is.gd/vJfyp5>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

TAVARES, Leonardo Pereira; MAGALHÃES, Marina; BRITO, Higor Costa de. Desinformação em meio à pandemia: análise da disseminação de fake news na rede social Twitter. **Revista Temática**, João Pessoa, v. XVI, n. 9, p. 294-310, set. 2020. Disponível em: <<https://is.gd/v5Rs35>>. Acesso em: 19 jul. 2023.

Brazil in the eye of the COVID-19 hurricane:
mapping cyberactivist strategies to confront (necro)politics in times of pandemic

Abstract: This text unfolds two recently completed master's theses, developed during the COVID-19 pandemic in the Brazilian (necro)political scenario. The first research delved into the social networks Twitter and Facebook, and mapped barbaric facts marked by fake news in necropolitical times. The second examined the (cyber)activism of a group of teachers on Facebook in response to the politics against the new coronavirus pandemic. The online cartography, anchored in post-structuralist contributions, provided theoretical and methodological support for both studies, which followed the information flow of Internet users who established the networks as a real locus of political mobilization in times of COVID-19. Observing the actions of Internet users in social networks as reactions to the (necro)politics experienced during the pandemic meant realizing the collective desire to continue defending Brazilian democracy. We also recognize the important role of social networks as (another) battlefield of cyberculture. As educators, we continue to believe in the power of cyberspace for a more plural and open dialogue that stimulates the mobilization of subjects interested in amplifying their voices and struggles.

Keywords: Pandemic. Necropolitics. Cyberactivism. Fake News. Education.

Recebido: 25/07/2023

Aceito: 06/02/2024